



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA – SEMINFRA.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 444.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Quatro Mil Reais).

Emenda Parlamentar nº 202537060004 - PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-086661 – TRANSFEREGOV.

ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:

<https://www.licitanet.com.br/>

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
PREGÃO ELETRÔNICO	TERMO CONTRATUAL / NOTA DE EMPENHO	
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	AMPLA PARTICIPAÇÃO	PRAZO DE ENTREGA
SIM (Item 02)	SIM (Item 01)	30 DIAS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL
Menor Preço por Item	Aberto	SIM
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	E-MAIL	TELEFONE
https://ouopretodooeste.ro.gov.br/	dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br	69 99388-8742 (apenas msg)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO		28/05/2026
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)		09 H

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES

1.1. O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

1.2. A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação, metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

1.3. A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

1.4. As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O edital se encontra a disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouopretodoeste.ro.gov.br) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

1.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

1.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

1.8. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

1.10. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.11. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Site Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 2.5.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.5.2.** A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**
- 2.5.2.1.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos
- 2.5.3.** Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.
- 2.5.4.** Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.
- 2.6. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO), até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido,** nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.
- 2.6.1.** Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: **“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”**
- 2.6.2.** Nas licitações por **Sistema de Registro de Preço** ou por entregas parceladas, **a prioridade de aquisição será dos produtos das cotas reservadas**, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:**
- 2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em **consórcio**, considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de materiais amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica, operacional ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresas de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.7.9.1. A vedação fundamenta-se na desnecessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, bem como na ampla competitividade do setor, de modo que a participação individual das empresas é suficiente para assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

3.6.2. Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Lance: O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

edital:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência;

4.1.4. Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

4.5. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.

4.11. O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

Parágrafo único: *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte.** A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

5.14.2. O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

5.14.3. O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº](#)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

[123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

5.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

5.20.3. Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

5.20.4. Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.20.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

5.20.6. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

5.21.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, além de outros que estejam à disposição para consulta;

6.2.1. Poderá haver a substituição das consultas citadas no item 6.2, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexequibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a viabilidade da execução contratual.

6.7.2. Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexecutabilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

6.7.3. A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

6.7.4. Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexecutabilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.5. Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.

6.7.6. A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais, especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

6.7.7. Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

6.7.8. Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

6.7.9. Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

6.7.10. Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

6.8. *Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Acórdão 465/2024 – Plenário).*

6.9. Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS

7.1. Disposições gerais

7.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em site eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

7.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

b) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

c) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a **1 (um)**, calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

$$LG = (\text{Ativo Circ.} + \text{Realizável em Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$$

SG (Solvência Geral)

$$SG = (\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})$$

LC (Liquidez Corrente)

$$LC = (\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$$

I- A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um)** será **inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

b.2. Capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

7.4.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

7.4.3. A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução do fornecimento.

7.4.4. A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

7.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:

7.5.1. A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

7.5.2. No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

considerando o valor estimado, a relevância do objeto e a necessidade de mitigação de riscos à Administração, notadamente:

- a) a natureza do objeto, consistente no fornecimento de tubos metálicos corrugados em aço galvanizado destinados à drenagem pluvial em estradas vicinais, diretamente relacionados à infraestrutura viária rural e à garantia de trafegabilidade;
- b) o risco associado à descontinuidade do fornecimento, com potenciais impactos à segurança viária, à mobilidade rural e à prestação de serviços públicos essenciais.

7.5.3. A análise de demonstrações contábeis de mais de um exercício social permite avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I – Variações relevantes na capacidade de liquidez;
- II – Eventual deterioração da situação econômico-financeira;
- III – Riscos de descontinuidade operacional;
- IV – Inconsistências que possam comprometer a execução do fornecimento.

7.5.4. A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

7.5.5. Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

7.5.6. A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

7.5.7. Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução, não configurando restrição indevida à competitividade.

7.5.8. A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

7.5.9. Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

7.6.1. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

7.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

7.6.3. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

7.6.4. Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

7.6.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.6.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. Para fins de análise da conformidade técnica dos produtos ofertados, o licitante deverá apresentar, **documentação técnica conforme consta no item 13.7 a 13.10.3, do Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

7.8. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

7.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.11. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.12. A participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.

7.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO**.

7.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.15. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

7.16. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.18. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.19. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.20.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.21. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.21.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.21.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.22. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.22.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.22.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §4º):

7.23.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

7.23.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.23.3. Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (**Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022**).

7.24. Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.25. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.

7.25.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

7.25.2. Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

7.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.28. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.29. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.30. Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.
2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS , DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF) .
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT) .
10	BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.4.1. letra b a g, deste edital)
11	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
Qualificação Técnica: Conforme consta no item 13.7 a 13.10.3, do Termo de Referência (Anexo I do Edital).	

OBS: As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

NOTA EXPLICATIVA

- *Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*
- *Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando esta substituir a intimação.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida no Termo de Referência;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, quando aplicável;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:

9.4.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias.

9.4.2. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato licitado, em caso de inexecução total, ou sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no sistema eletrônico de contratações utilizado pelo Município.

9.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

10.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema de licitações utilizado pelo Município, no endereço indicado neste edital, em campo específico.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

10.5. Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

11.1.2. Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

11.1.3. Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

11.1.4. Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo pregoeiro.

11.2. Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;

III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou

IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

12.2. Parágrafo único. A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO

13.1. Após a homologação e adjudicação, a contratação]ao será formalizada por meio de **Nota de Empenho** ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser adotado termo de contrato quando a natureza da contratação assim exigir.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

13.2. O adjudicatário será convocado para aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação.

13.3. A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, sendo admitido o aceite digital.

13.4. O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente formaliza a contratação administrativa, implicando:

I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;

II – Vinculação à proposta, ao Termo de Referência e à legislação aplicável;

III – Sujeição às hipóteses de extinção e demais disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.5. O prazo para aceite poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

14.1. A execução do objeto observará integralmente as condições, prazos, especificações e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2. Os produtos deverão ser novos, estar em perfeitas condições de uso e atender às especificações técnicas.

14.3. As condições detalhadas de execução, incluindo prazos, locais de entrega e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este edital para todos os fins.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto no Termo de Referência.

15.2. Compete ao gestor da contratação acompanhar a execução geral do fornecimento e adotar as providências necessárias ao seu regular cumprimento.

15.2.1. Compete ao fiscal da contratação acompanhar a execução quanto aos aspectos técnicos e operacionais, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas e atestar o recebimento, quando atendidas as condições previstas.

15.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

15.4. As atribuições específicas relacionadas à fiscalização poderão ser detalhadas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas neste Termo de Referência.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da legislação aplicável.

17.2. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado pelo servidor responsável.

17.3. O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

141 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, critérios e requisitos, encontram-se estabelecidas nos itens específicos deste Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE encontram-se detalhadamente estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente nos itens específicos que tratam da execução, fiscalização, recebimento, liquidação e pagamento.

18.2. A execução das obrigações deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações e demais disposições constantes neste Termo de Referência.

18.3. Eventuais omissões ou dúvidas na execução do objeto serão dirimidas pela Administração, com base na legislação aplicável e nos princípios que regem as contratações públicas.

19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO E EXTINÇÃO

19.1.1. A contratação decorrente deste certame será formalizada por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta apresentada.

19.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução serão realizados por servidor designado pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

19.4. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

19.5. A extinção da contratação poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 137 a 139, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.6. A Nota de Empenho ou instrumento equivalente vincula a contratada às condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.1. Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2026

Processo Administrativo n. 0783/SEMINFRA/2026

20.4. Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

20.11. *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.*

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste, maio de 2026.

FÁBIO APARECIDO FERREIRA DA SILVA

ASSESSOR ESPECIAL DA SEMINFRA





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	31	12/05/2026

ID: 1591162	Processo	Documento
CRC: 0477566A		
Processo: 1-783/2026		
Usuário: Selmo da Costa Simoura		
Criação: 12/05/2026 10:30:11	Finalização: 12/05/2026 10:33:30	

MD5: **B955100FB94E1EC42C6B78F417CBBD1E**

SHA256: **A7CD9986E3F2FAAC26F0D877FB7DE5546EBDDCD00852571BDB5911E37B200258**

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico - 31/2026.

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	12/05/2026 10:30:11
----------	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

Escoamento de águas pluviais, processos erosivos e impactos sobre a mobilidade local.	12/05/2026 10:30:11
---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------


ANEXOS

ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA ANEXO II -MODELO DEC.	08/05/2026	1588556
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA ANEXO III - MODELO PROPOSTA	08/05/2026	1588557
ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO PROC. 783/2026	12/05/2026	1591115
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA CORRIGIDO PRAZO DE ENTREGA	12/05/2026	1591068

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	12/05/2026 10:39:30
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	12/05/2026 12:16:07
------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1591162 e o CRC 0477566A.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a aquisição de **TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO**, destinados à condução de águas pluviais em pontos previamente identificados como críticos, conforme levantamento hidrológico e técnico constante dos documentos que integram o processo administrativo correspondente.

1.2. A aquisição tem como objetivo fortalecer as estratégias e melhoria da infraestrutura de drenagem em estradas vicinais apresenta relevância direta para o interesse público municipal, uma vez que essas vias constituem importante eixo de mobilidade rural, sendo utilizadas para o deslocamento da população, transporte escolar, acesso a serviços públicos essenciais e escoamento da produção agropecuária, atividade econômica relevante para o município.

1.3. Os recursos para custeio da presente contratação são provenientes da **Emenda Parlamentar nº 202537060004, vinculada ao Plano de Ação nº 09032025-2-086661 – Transferegov**, cujo objeto contempla a aquisição de tubos metálicos para drenagem pluvial em estradas vicinais, conforme Plano de Trabalho aprovado e documentos técnicos constantes do processo administrativo.

1.4. Os materiais a serem fornecidos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à resistência estrutural, proteção anticorrosiva, durabilidade e compatibilidade com o projeto de estudo hidrológico, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos, conforme abaixo especificado:

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND.	QUANT	VALOR UNIT.	TOTAL
01	040.055.063	TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO, TIPO MP-100 CIRCULAR OU EQUIVALENTE TÉCNICO, REVESTIMENTO EPÓXI, DIÂMETRO 2,00 M, ESPESSURA MÍNIMA 2,00 MM. AMPLA PARTICIPAÇÃO	M	90	3.700,00	333.000,00
02	040.055.063	TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO, TIPO MP-100 CIRCULAR OU EQUIVALENTE TÉCNICO, REVESTIMENTO EPÓXI, DIÂMETRO 2,00 M, ESPESSURA MÍNIMA 2,00 MM. COTA EXCLUSIVA ME/EPP	M	30	3.700,00	111.000,00
TOTAL GERAL R\$						444.000,00
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$						0,20

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

2.1. Fundamentação

A presente contratação fundamenta-se:

- nos princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e interesse público**;
- nas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto à obrigatoriedade de planejamento, motivação dos atos administrativos e definição adequada do objeto;
- nas diretrizes institucionais da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura** voltadas à manutenção e instalação de estruturas tubulares de drenagem.
- no **Estudo Técnico Preliminar** regularmente elaborado, que analisou a demanda, as soluções disponíveis, a viabilidade da contratação e os riscos associados;
- na existência de **recursos oriundos de emenda parlamentar individual**, destinados especificamente à aquisição de tubos metálicos

2.1.1. A contratação insere-se no dever da Administração de **assegurar condições materiais adequadas à prestação contínua e eficiente dos serviços públicos de infraestrutura**, bem como de promover a correta aplicação dos recursos públicos vinculados.

2.2 Descrição da necessidade

2.2.1. O Município apresenta, em diversos trechos de estradas vicinais, deficiência ou inexistência de sistemas adequados de drenagem pluvial, o que ocasiona o acúmulo de águas superficiais, processos erosivos, formação de atoleiros e danos estruturais à plataforma das vias.

2.2.2. Tal situação compromete significativamente a trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos, prejudicando o deslocamento da população rural, o transporte escolar, o acesso a serviços públicos essenciais e o escoamento da produção agropecuária.

2.2.3. Os levantamentos técnicos e hidrológicos realizados pela equipe competente, constantes do processo administrativo, identificaram pontos críticos que demandam intervenção imediata, indicando a necessidade de implantação de dispositivos de drenagem do tipo tubular, com capacidade adequada de vazão e resistência estrutural compatível com as condições locais, bem como fundamentam a definição dos quantitativos da contratação.

2.2.4. Além disso, a demanda está diretamente relacionada à execução de emenda parlamentar individual, vinculada ao Plano de Ação aprovado no **sistema Transferegov**, que definiu previamente os itens e quantitativos a serem adquiridos, constantes do processo administrativo, vinculando a Administração ao dever de promover a contratação adequada, observados os princípios da economicidade, eficiência e finalidade pública.

2.3 Justificativa da contratação (interesse público)

2.3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a adequada drenagem das águas pluviais em pontos críticos das estradas vicinais, garantindo melhores condições de trafegabilidade, segurança e durabilidade das vias públicas.

2.3.1.1. A aquisição de tubos metálicos corrugados em aço galvanizado apresenta-se como solução tecnicamente adequada e amplamente utilizada, em razão de sua elevada resistência mecânica, durabilidade, facilidade de instalação e eficiência no escoamento das águas pluviais, atendendo de forma satisfatória às demandas identificadas.

Sob a ótica do interesse público, a intervenção contribui diretamente para:

- a) a melhoria da mobilidade rural e da qualidade de vida da população;
- b) a garantia do acesso contínuo a serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de educação e saúde;
- c) o fortalecimento da atividade econômica local, por meio do escoamento da produção agropecuária;
- d) a redução de custos futuros com manutenção corretiva das vias, mediante a adoção de soluções preventivas e estruturantes.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

2.3.2. Dessa forma, a contratação revela-se necessária, adequada e alinhada às diretrizes de planejamento da Administração Pública, ao Plano de Ação vinculado ao sistema Transferegov, às planilhas técnicas e ao estudo hidrológico constantes dos autos do processo administrativo, configurando medida indispensável à promoção do desenvolvimento local e à eficiente aplicação dos recursos públicos disponíveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

3.1. Descrição da solução como um todo

3.1.1. A solução administrativa proposta consiste na aquisição de tubos metálicos corrugados em aço galvanizado, destinados à implantação e adequação de travessias hidráulicas para drenagem pluvial em estradas vicinais do Município de Ouro Preto do Oeste. A solução proposta encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar e nos levantamentos técnicos e hidrológicos constantes do processo administrativo, que indicaram a adequação da adoção de dispositivos tubulares metálicos para atendimento da necessidade identificada.

3.1.2. Trata-se de fornecimento de **bens permanentes**, classificados como **bens comuns**, cujas características podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, e cuja contratação se dará, em regra, por **pregão eletrônico**, com julgamento pelo menor preço por item.

3.1.3. A solução contempla de forma integrada:

- a) o fornecimento dos tubos metálicos corrugados em aço galvanizado, novos, de primeiro uso, e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) a adequada proteção, acondicionamento, transporte e entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração;
- c) a adequada proteção, acondicionamento, transporte e entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração;
- d) a disponibilização de informações técnicas essenciais à correta utilização dos materiais, quando aplicável, incluindo orientações, especificações e eventuais recomendações do fabricante;
- e) a garantia dos produtos fornecidos, assegurando a integridade estrutural, a durabilidade e o desempenho dos tubos metálicos corrugados em aço galvanizado, com a devida substituição de itens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades.

3.1.4. A contratação tem por finalidade viabilizar a **disponibilização dos materiais necessários à execução de travessias hidráulicas**, cuja instalação será realizada pela própria Administração, contribuindo para a melhoria da drenagem pluvial, da trafegabilidade e da conservação das estradas vicinais.

3.2 Solução sob a ótica do ciclo de vida do objeto:

3.2.1. A solução foi estruturada considerando todas as **etapas do ciclo de vida dos bens**, conforme segue:

a) Planejamento e aquisição

- definição clara das especificações técnicas e funcionais;
- estimativa de preços e definição da estratégia de contratação;





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

→ seleção de fornecedor apto a atender às necessidades da Secretaria demandante.

b) Fabricação, fornecimento e logística

→ produção e disponibilização dos objetos pelo fornecedor;

→ transporte adequado, com proteção contra avarias;

→ entrega no local indicado pela Administração.

c) Recebimento, incorporação e início de uso

→ conferência quantitativa e qualitativa;

→ verificação de conformidade técnica;

→ recebimento provisório e definitivo;

→ disponibilização para uso em estradas vicinais.

d) Operação e manutenção

→ observância das recomendações do fabricante;

→ verificação das condições estruturais dos tubos;

→ limpeza e desobstrução para garantir o adequado escoamento das águas pluviais;

→ recomposição de aterros e ajustes necessários à estabilidade da estrutura, quando aplicável.

→ Tais atividades de inspeção e manutenção integram as rotinas operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, responsável pela conservação e manutenção da infraestrutura viária rural do Município

e) Fim da vida útil

→ destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, especialmente quanto a resíduos metálicos e aço.

→ Ao término da vida útil, os tubos metálicos corrugados em aço galvanizado deverão ser avaliados quanto à sua integridade estrutural e funcionalidade, a fim de verificar a viabilidade de reaproveitamento, recuperação ou necessidade de substituição.

A consideração do ciclo de vida permite à Administração avaliar não apenas o custo inicial de aquisição, mas também aspectos relacionados à **durabilidade, segurança, manutenção, sustentabilidade e descarte**, assegurando maior eficiência no uso dos recursos públicos.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

3.3 Diretrizes de especificação

3.3.1. As especificações técnicas dos bens deverão ser definidas no Termo de Referência de forma:

- **objetiva, clara e precisa,**
- **compatível com normas técnicas aplicáveis,** quando existentes,
- **suficiente para garantir qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade,**
- **sem direcionamento de marca ou modelo,** admitindo-se a indicação de desempenho mínimo, características funcionais e padrões construtivos.

3.3.2. De forma geral, **estruturas tubulares metálicas corrugadas destinadas à implantação e adequação de travessias hidráulicas para drenagem pluvial em estradas vicinais do Município de Ouro Preto do Oeste** deverão atender às necessidades de drenagem pluvial e estabilidade das travessias hidráulicas em estradas vicinais, considerando as condições operacionais locais.

3.3.3. As especificações completas, quantitativos, requisitos de garantia, critérios de aceitação e condições de fornecimento constam do quadro técnico do objeto, parte integrante deste Termo de Referência.

3.4 Avaliação conclusiva da solução

3.4.1. A solução proposta mostra-se **adequada, suficiente e proporcional** para atendimento da necessidade identificada, considerando:

- a natureza do objeto;
- a finalidade de melhoria da drenagem e trafegabilidade das estradas vicinais;
- a realidade operacional da instalação tubulares;
- a disponibilidade dos bens no mercado;
- e a obrigação da Administração de planejar a contratação sob a ótica do ciclo de vida.

3.5. A solução proposta apresenta-se tecnicamente adequada, suficiente e proporcional para o atendimento da necessidade identificada, estando devidamente fundamentada nos elementos técnicos constantes do processo administrativo, especialmente no Estudo Técnico Preliminar e nos levantamentos técnicos e hidrológicos realizados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. Modalidade, forma e enquadramento legal

4.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica (Pregão Eletrônico), por se tratar de fornecimento de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

4.2. Justificativa da escolha do Pregão Eletrônico

4.2.1. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se pela natureza do objeto, classificado como bem comum, cujas especificações podem ser objetivamente definidas, bem como pela ampla disponibilidade de fornecedores no mercado aptos a atender à demanda, permitindo a obtenção da proposta mais vantajosa mediante competição ampliada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. O ambiente eletrônico, aliado às fases e instrumentos próprios do pregão, favorece a ampliação do universo de participantes e a competitividade do certame, sem prejuízo da observância das exigências técnicas e de habilitação previstas no edital e neste Termo de Referência.

4.3. Classificação do objeto como bem comum

4.3.1. O objeto é classificado como bem comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, passíveis de descrição clara e precisa no Termo de Referência, sem necessidade de soluções técnicas inovadoras ou desenvolvimento específico por parte dos fornecedores.

4.3.2. As especificações e requisitos de aceitação serão estabelecidos no edital e nas seções pertinentes deste Termo de Referência, assegurando objetividade, isonomia e plena compreensão pelos licitantes

4.4. Critério de julgamento e aceitabilidade das propostas

4.4.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

4.4.2. A Administração desclassificará propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas e condições de fornecimento;
- b) contenham vícios que comprometam o julgamento;
- c) apresentem valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado, conforme critérios e parâmetros previstos no edital

4.5. Sustentabilidade:

4.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos definidos no ETP e sempre que possível, atender ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na aquisição de bens e produtos.

4.5.2. Eventuais exigências ambientais específicas, quando cabíveis e proporcionais ao objeto, serão definidas no edital, de forma a não restringir indevidamente a competitividade e a assegurar isonomia entre os licitantes.

4.6. Indicação de Marcas e Modelos





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

4.6.1. Na proposta, o licitante deverá indicar a marca, o modelo material ofertado, exclusivamente para fins de verificação de conformidade técnica e rastreabilidade do fornecimento, vedada qualquer exigência que implique direcionamento.

4.6.2. Para fins de análise técnica, poderá ser solicitada ao licitante mais bem classificado a **apresentação de documentação técnica do produto, tais como fichas técnicas, prospectos, vídeos, catálogos, laudos, certificados, relatórios de caracterização e outros documentos equivalentes**, desde que pertinentes ao objeto e previstos no edital, com o objetivo de comprovar o atendimento às especificações exigidas.

4.7. Da Exigência de Amostras

4.7.1. Não serão exigidas amostras na presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto e a possibilidade de verificação de conformidade por meio de especificações objetivas, documentação técnica e procedimentos de recebimento e inspeção previstos no edital e neste Termo de Referência.

4.8. Da Subcontratação

4.8.1. Não será admitida subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens, devendo o licitante vencedor do certame ser o responsável direto pelo atendimento das ordens de fornecimento e pelas obrigações decorrentes.

4.9. Da exigência de Carta de Solidariedade

4.9.1. A exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante somente será aplicada nos casos em que o licitante não seja o fabricante do produto e atue como revendedor ou distribuidor, devendo tal exigência estar expressamente justificada no edital, limitada à comprovação de garantia de fornecimento e assistência técnica, vedada qualquer restrição indevida à competitividade.

4.10. Garantia da Contratação

4.10.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto e da baixa complexidade da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Condições de Entrega:

5.1. O objeto deste certame consiste na entrega do material, em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, no endereço abaixo indicado:

Local de Entrega	Endereço	Dias e horários
Almoxarifado Municipal	Rua Martinho Lutero nº 606, Bairro Alvorada - Ouro Preto do Oeste / RO – CEP: 76920-000	Segunda a Sexta-feira das 07h30 às 13h30 (exceto nos feriados)
E-MAIL	almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br	

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais e dos equipamentos até as dependências do Almoxarifado Municipal é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo o município responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

5.4. O objeto dessa licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para fins de conferência quantitativa e verificação inicial de integridade física, mediante carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

5.5. Não serão recebidos materiais em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora, admitida a equivalência técnica, desde que devidamente comprovada e previamente aceita pela Administração.

5.6. Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

5.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material entregue deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

5.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

5.9. O material fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos, cabendo à Contratada substituir, às suas expensas, quaisquer itens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades, inclusive quando constatados durante a utilização.

5.10. Garantia da Contratação, Manutenção e Assistência Técnica

5.10.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10.2. Nos casos cabíveis, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10.2.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.10.3. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade exigidos pelo órgão responsável em cada item especificado neste termo de referência, que deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para este município, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

5.10.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato (ou equivalente), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.10.5. Todo material que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE.

5.10.6. As condições de garantia deverão observar, além da legislação aplicável, as especificações técnicas do fabricante e as exigências constantes do Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Instrumento de formalização da contratação





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

6.1.1. Considerando a natureza do objeto, caracterizado como fornecimento de bens com entrega imediata e integral, a contratação será formalizada por meio de nota de empenho, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de instrumento contratual.

6.1.2. A nota de empenho fará as vezes de instrumento contratual, vinculando-se integralmente às condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo sua execução ser acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para fins de conferência quantitativa e verificação inicial de integridade, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo representante do Almoxarifado Municipal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, com a utilização de assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;

7.1.2. Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada, a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;

7.1.4. O recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre o fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa do fornecimento, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, integridade e desempenho dos bens fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades identificadas, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

7.2. Antecipação de Pagamento

7.2.1. Não será admitida a antecipação de pagamento, na presente contratação.

7.3. Cessão de Crédito

7.3.1. Não se aplica a cessão de crédito na presente contratação.

8. LIQUIDAÇÃO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

8.1. Procedimentos de Liquidação da Despesa

8.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Verificação para fins de liquidação

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar a regularidade formal e material da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, bem como a correspondência entre o fornecimento realizado, o recebimento definitivo e a documentação apresentada

8.2.2. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos essenciais:

- a) a data da emissão;
- b) os dados da Nota de Empenho e do órgão contratante;
- c) a descrição do objeto fornecido;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Administração.

8.3. Condições para a liquidação

8.3.1. A liquidação da despesa ficará condicionada à comprovação do recebimento definitivo do objeto e à regularidade da documentação fiscal apresentada.

8.3.2. A liquidação observará, ainda, a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, nos termos da legislação vigente, quando exigível.

8.4. Disposições complementares

8.4.1. A liquidação será processada por fornecimento, considerando-se a entrega integral do objeto conforme a Nota de Empenho.

8.4.2. O procedimento de liquidação não afasta a responsabilidade da Contratada por eventuais vícios, defeitos ou desconformidades identificadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável e deste Termo de Referência.

9. PAGAMENTO

9.1. Prazo para Pagamento

9.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços.

9.1.2. O pagamento somente será realizado após o cumprimento integral das condições de recebimento definitivo e liquidação previstas nas seções anteriores.

9.2. Atualização monetária por atraso de pagamento





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

9.2.1. Em caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo previsto para pagamento e a data de sua efetiva realização.

9.2.2. A atualização monetária será calculada mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

9.2.3. Não será devida atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável exclusivamente à Contratada.

9.3. Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela Contratada, em instituição financeira por ela informada.

9.3.2. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar a emissão da ordem bancária pela Administração.

9.4. Retenções tributárias

9.4.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual eventualmente indicado na proposta ou na planilha de custos.

9.4.2. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente os tributos que eventualmente incidam sobre o objeto contratado, conforme a legislação aplicável.

9.4.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente essa condição por meio de documentação hábil e atualizada.

9.5. Condições para liberação do pagamento

9.5.1. O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, a ser verificada, preferencialmente, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou, na impossibilidade de acesso, por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. A Administração poderá consultar o SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar eventual impedimento de contratar com o Poder Público ou ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da legislação aplicável.

9.5.3. Constatada a situação de irregularidade da Contratada, esta será notificada por escrito para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa, admitida uma prorrogação por igual período, a critério da Administração.

9.6. Suspensão, glosa e sustação de pagamento

9.6.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou do documento de cobrança equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada promova





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

as correções necessárias, reiniciando-se o prazo para pagamento após a regularização, sem ônus para a Administração.

9.6.2. A Administração poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) existência de débito da Contratada para com a Administração;
- b) fornecimento de material em desacordo com as especificações técnicas aceitas;
- c) pendência de cumprimento das obrigações assumidas ou aplicação de penalidades.

9.6.3. Persistindo a irregularidade fiscal ou o descumprimento das obrigações assumidas, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, observado o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.6.4. Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até a decisão final sobre eventual rescisão, salvo disposição legal em contrário.

9.7. Disposições finais sobre pagamento

9.7.1. Não será admitido pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

9.7.2. Não caberá atualização financeira ou compensação monetária quando o atraso no pagamento decorrer de culpa exclusiva da Contratada.

9.7.3. Eventuais valores devidos à Administração poderão ser compensados com créditos da Contratada, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial, quando cabível.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Obrigações gerais de fornecimento

10.1.1. Fornecer os materiais objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, unidades de fornecimento, padrões de qualidade e preços registrados, bem como nas quantidades efetivamente solicitadas pela Administração.

10.1.2. Disponibilizar os materiais nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e na respectiva ordem de fornecimento, em perfeitas condições de uso e qualidade, respondendo por eventuais desconformidades.

10.2. Comunicação e cumprimento de prazos

10.2.1. Comunicar formalmente à Administração, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis que antecederem o vencimento do prazo de fornecimento, a ocorrência de fato superveniente que possa comprometer o cumprimento da obrigação, apresentando justificativa fundamentada, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.

10.2.2. A comunicação deverá ser realizada pelos canais oficiais indicados no edital ou pela Administração, não implicando, por si só, aceitação automática de prorrogação de prazo.

10.3. Responsabilidades e encargos

10.3.1. Assumir integral responsabilidade por todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do objeto, não transferindo à Administração ônus de qualquer natureza.

10.3.2. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou dos custos constantes de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis futuros e incertos, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

10.4. Qualidade, conformidade e substituição

10.4.1. Garantir a qualidade e conformidade técnica dos materiais fornecidos, em observância às especificações, normas aplicáveis e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

10.4.2. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer material que apresente vícios, defeitos, deterioração prematura ou que não atenda às especificações técnicas exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.5. Documentação fiscal e regularidade

10.5.1. Apresentar, quando exigido para fins de recebimento, liquidação e pagamento, a documentação fiscal regular, incluindo Nota Fiscal Eletrônica e demais documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

10.6. Manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

10.7. Responsabilidade por danos

10.7.1. Ressarcir integralmente a Administração e/ou terceiros por danos, prejuízos ou perdas decorrentes de ação ou omissão, dolo ou culpa, relacionados à execução das obrigações assumidas.

10.7.2. A responsabilidade da Contratada subsistirá independentemente da fiscalização ou acompanhamento exercidos pela Administração.

10.8. Aceitação de instrumentos e representação

10.8.1. Aceitar e retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, quando convocada, no prazo estabelecido no edital, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

10.8.2. Indicar formalmente preposto ou representante, com poderes para tratar de assuntos relativos à execução do fornecimento, informando dados de contato atualizados, e assegurar que este mantenha comunicação permanente com a fiscalização e a gestão da contratação.

10.9. Observância das normas legais e contratuais

10.9.1. Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos que formalizarem as contratações dela decorrentes.

10.9.2. Atender prontamente às determinações da Administração relacionadas à execução do objeto, desde que compatíveis com as condições pactuadas e com a legislação aplicável.

10.9.3. Encaminhar ao e-mail: seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br ou almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), juntamente com as Certidões de Regularidade Fiscal, Social, Econômica e Trabalhista.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Obrigações gerais da Administração

11.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência, o edital e a Nota de Empenho.

11.1.2. Disponibilizar à Contratada todas as informações necessárias e pertinentes à adequada execução do fornecimento, observadas as condições e os limites estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

11.2. Providências administrativas para a execução do fornecimento

11.2.2. Emitir a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, a crédito do fornecedor, correspondente ao objeto efetivamente solicitado, observada a disponibilidade orçamentária.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

11.2.3. Encaminhar à Contratada a Nota de Empenho ou ordem de fornecimento, com as informações necessárias à execução do fornecimento.

11.3. Recebimento, fiscalização e acompanhamento

11.3.2. Conferir os materiais fornecidos e os documentos fiscais apresentados, verificando sua conformidade com a Nota de Empenho, a ordem de fornecimento, as especificações técnicas e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.3.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, por meio de servidor(es) ou comissão designada, podendo sustar, recusar ou rejeitar, no todo ou em parte, materiais que não atendam às condições e exigências estabelecidas.

11.3.4. Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução do fornecimento e adotar as providências cabíveis para sua regularização.

11.4. Comunicação e aplicação de medidas administrativas

11.4.2. Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados no curso da execução das obrigações assumidas, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

11.4.3. Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação, no edital e nos instrumentos contratuais, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Pagamento

11.5.1. Efetuar o pagamento das Notas Fiscais devidamente atestadas, no prazo, forma e condições previstos neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável, após a regular liquidação da despesa.

11.6. Limitação de responsabilidade da Administração

11.6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do fornecimento, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

11.7. Observância da legislação e dos princípios administrativos

11.7.1. A Contratante atuará em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. Forma de seleção do fornecedor

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

12.1.2. O certame observará as fases, regras e instrumentos próprios do Pregão Eletrônico, assegurados os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e eficiência.

12.2. Critério de julgamento das propostas

12.2.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos definidos no edital, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, operacionais e formais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

12.2.2. No caso de critério de menor preço GLOBAL, considera-se preço global aquele resultante da soma dos valores correspondentes aos itens que compõem o objeto, conforme a estrutura de preços definida no instrumento convocatório.

12.3. Composição e apresentação da proposta





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

12.3.1. A proposta deverá conter a descrição clara e precisa dos produtos ofertados, com indicação das marcas/modelos (no caso de material) e demais características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com o objeto licitado.

12.3.2. A proposta de preços deverá discriminar, conforme exigido no edital:

- a) os preços unitários, por unidade de fornecimento;
- b) os valores totais, resultantes da multiplicação dos quantitativos estimados pelos respectivos preços unitários;
- c) o valor global da proposta, correspondente à soma dos valores totais dos itens.

12.3.3. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com as especificações técnicas, com as condições de fornecimento previstas neste Termo de Referência e com os valores praticados no mercado, observada a exequibilidade da proposta.

12.4. Aceitabilidade das propostas

12.4.1. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- a) atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos;
- b) apresentem preços compatíveis com o mercado e com a estimativa elaborada pela Administração;
- c) sejam exequíveis e compatíveis com as condições de fornecimento e execução previstas.

12.4.2. A análise de aceitabilidade das propostas observará critérios objetivos, previamente definidos no edital, vedado o julgamento subjetivo ou discricionário.

12.5. Hipóteses de desclassificação

12.5.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas, formais ou operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios ou defeitos que dificultem ou impeçam o julgamento objetivo;
- c) não atendam às características mínimas do objeto descritas neste Termo de Referência;
- d) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado, conforme critérios definidos no edital.

12.6. Disposições complementares

12.6.1. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos da legislação aplicável.

12.6.2. O julgamento das propostas observará estritamente os critérios definidos no edital e neste Termo de Referência, assegurando igualdade de condições entre os licitantes.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Disposições gerais

13.1.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

13.1.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

13.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.2.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

b) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

c) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

- b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a **1 (um)**, calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

LG (Liquidez Geral)

$$LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$$





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

SG (Solvência Geral)

$$SG = (Ativo Total) \div (Passivo Circulante + Exigível em Longo Prazo)$$

LC (Liquidez Corrente)

$$LC = (Ativo Circulante) \div (Passivo Circulante)$$

I- A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um) será inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores, podendo a Administração solicitar informações complementares quando necessário.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

b.2. Capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) OU **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

13.4.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

13.4.3. A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução do fornecimento.

13.4.4. A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

13.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:

13.5.1. A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

13.5.2. No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando o valor estimado, a relevância do objeto e a necessidade de mitigação de riscos à Administração, notadamente:





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

- a) a natureza do objeto, consistente no fornecimento de tubos metálicos corrugados em aço galvanizado destinados à drenagem pluvial em estradas vicinais, diretamente relacionados à infraestrutura viária rural e à garantia de trafegabilidade;
- b) o risco associado à descontinuidade do fornecimento, com potenciais impactos à segurança viária, à mobilidade rural e à prestação de serviços públicos essenciais.

13.5.3. A análise de demonstrações contábeis de mais de um exercício social permite avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I – Variações relevantes na capacidade de liquidez;
- II – Eventual deterioração da situação econômico-financeira;
- III – Riscos de descontinuidade operacional;
- IV – Inconsistências que possam comprometer a execução do fornecimento.

13.5.4. A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

13.5.5. Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

13.5.6. A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

13.5.7. Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução, não configurando restrição indevida à competitividade.

13.5.8. A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

13.5.9. Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários

13.6.1. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

13.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

13.6.3. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

13.6.4. Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

13.6.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.6.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

13.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.7.1. Capacidade técnico-operacional

13.7.2. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de tubos corrugados metálicos em aço ou estruturas metálicas corrugadas destinadas a drenagem, bueiros metálicos, travessias ou aplicações equivalentes.

13.7.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar **fornecimento mínimo de tubos** ou estruturas metálicas corrugadas em aço, admitido o somatório de atestados, nos parâmetros abaixo:

Item	Descrição	Quant. Total	50 %	Unid
01	TUBO METÁLICO CORRUGADO (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	90	45	m
02	TUBO METÁLICO CORRUGADO (COTA EXCLUSIVA ME/EPP)	30	15	m

13.7.4. Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou filial da licitante, desde que demonstrada vinculação operacional entre a unidade participante da licitação e a unidade executora do fornecimento anteriormente realizado.

13.7.5. Quando a licitante não for fabricante do produto ofertado, deverá apresentar documento emitido pelo fabricante, representante oficial, importador ou distribuidor autorizado, demonstrando vínculo comercial apto a assegurar o fornecimento do objeto e a garantia contratual dos materiais.

13.7.6. Não será exigido registro de atestado no CREA ou CAU, nem apresentação de CAT, ART ou RRT, considerando tratar-se de contratação restrita ao fornecimento de bem, sem execução de obra ou serviço de engenharia.

13.7.6. A Administração poderá realizar diligência para verificação da autenticidade e compatibilidade dos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, tais como notas fiscais, contratos, ordens de fornecimento, termos de recebimento ou documentos equivalentes.

13.8. Documentação técnica do produto

13.8.1. A licitante deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica ou memorial descritivo do fabricante contendo, no mínimo:

I – Identificação do fabricante;

II – País de fabricação;

III – Diâmetro nominal;

IV – Espessura nominal da chapa;

V – Tipo de corrugação;

VI – Tipo de aço empregado;

VII – Especificação do revestimento anticorrosivo em epóxi;

VIII – Processo de aplicação do revestimento epóxi e características técnicas do sistema de proteção anticorrosiva;



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

IX – Sistema de união e fixação, quando aplicável.

13.8.2. O produto ofertado deverá possuir revestimento anticorrosivo em epóxi.

13.8.3. Os elementos de união e fixação, incluindo parafusos, porcas, arruelas e componentes equivalentes, deverão possuir proteção anticorrosiva compatível com o sistema de revestimento da estrutura metálica.

13.8.4. A licitante deverá apresentar declaração, ficha técnica ou certificado do fabricante contendo:

I – Identificação do revestimento anticorrosivo;

II – Processo de aplicação;

III – Espessura nominal da camada aplicada, quando informada pelo fabricante;

IV – Referência normativa utilizada pelo fabricante para controle do revestimento.

13.8.5. Os certificados, relatórios de ensaio e documentos técnicos apresentados deverão conter elementos mínimos de rastreabilidade documental, tais como identificação do emissor, número de lote, código de verificação, QR Code, assinatura eletrônica, código de autenticação ou mecanismo equivalente, quando disponível.

13.8.6. Quando os ensaios forem emitidos por organismo de avaliação da conformidade ou laboratório acreditado, deverá ser apresentada identificação da acreditação aplicável.

13.8.7. Serão aceitas referências técnicas baseadas em normas ABNT, ASTM, AWWA, ISO, EN ou outras normas internacionais reconhecidas, desde que tecnicamente compatíveis com o objeto.

13.8.8. A licitante deverá apresentar manual técnico, catálogo técnico ampliado ou instruções de instalação elaboradas pelo fabricante, contendo, quando aplicável:

I – Procedimentos de montagem e assentamento;

II – Orientações de armazenamento, transporte e manuseio;

III – recomendações para preparo do fundo da vala e berço de assentamento;

IV – Orientações de reaterro e compactação;

V – Limites operacionais do produto;

VI – Recomendações de cobertura mínima;

VII – Detalhes típicos de instalação;

VIII – Sistema de união e fixação;

IX – Croqui, desenho técnico ou esquema ilustrativo do produto ofertado.

13.9. Produtos importados

13.9.1. Será admitido o fornecimento de produtos importados.

13.9.2. Na hipótese de produto importado, a licitante deverá apresentar:

I – Identificação do fabricante estrangeiro;

II – País de origem do produto;

III – Documentação técnica do fabricante;

IV – Documentos técnicos, certificados ou relatórios emitidos pelo fabricante ou laboratório responsável pelos ensaios de controle do produto.

13.9.3. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser apresentados acompanhados de tradução simples para a língua portuguesa.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

13.9.4. A licitante provisoriamente vencedora deverá apresentar tradução pública juramentada dos certificados técnicos, laudos laboratoriais, declarações de conformidade e demais documentos técnicos emitidos no exterior utilizados para comprovação da conformidade do produto ofertado, quando solicitado pela Administração.

13.9.5. A não apresentação da tradução pública juramentada após convocação da Administração poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a não aceitação do produto, conforme o caso.

13.9.6. A Administração poderá realizar diligência para verificação da autenticidade, origem, rastreabilidade e compatibilidade técnica da documentação apresentada, inclusive mediante consulta aos meios eletrônicos de validação disponibilizados pelo emissor do documento ou organismo responsável pela certificação ou ensaio.

13.9.7. Documentação exigível no recebimento do objeto:

13.9.8. No recebimento do material, a contratada deverá apresentar:

I – Certificado de qualidade do aço;

II – Identificação de lote;

III – Relatório dimensional do produto;

IV – Documentação técnica do revestimento anticorrosivo;

V – Declaração do fabricante contendo as especificações técnicas do produto fornecido.

13.9.9. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação de conformidade entre o produto entregue e as especificações previstas neste Termo de Referência.

13.9.10. Poderão ser rejeitados produtos que apresentem:

I – Espessura inferior à especificada;

II – Deformações permanentes;

III – Falhas aparentes no revestimento anticorrosivo;

IV – Divergência dimensional;

V – Incompatibilidade entre o produto entregue e a documentação técnica apresentada.

13.10. Disposições Gerais

13.10.1. As exigências de qualificação técnica estabelecidas neste instrumento possuem fundamento na necessidade de assegurar a adequada execução contratual, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e julgamento objetivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.10.2. É vedada a exigência de requisitos que restrinjam indevidamente a competitividade, sendo admitidas soluções técnicas equivalentes, desde que devidamente comprovadas.

13.10.3. A Administração poderá promover diligências para esclarecimento ou complementação da instrução processual, desde que não implique substituição da proposta, alteração substancial do conteúdo originalmente apresentado ou inclusão de documento de habilitação cuja exigibilidade anteceda a data da sessão.

14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

14.1. Condições gerais de participação

14.1.1. Poderão participar do presente certame todas as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras que funcionem no País, pertencentes ao ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, que atendam às condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

14.1.2. A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

14.1.3. O descumprimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

14.1.4. As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão, estritamente, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado na Seção específica deste Termo de Referência.

14.2. Tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais

14.2.1. Será assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da legislação municipal aplicável.

14.2.2. Nos casos cabíveis, será assegurada prioridade de contratação às ME, EPP e/ou MEI localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou em municípios da região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025, e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

14.2.3. A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à participação de licitantes não enquadrados como ME, EPP ou MEI.

14.3. Vedações à participação

14.3.1. Não poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, quando a penalidade tiver sido aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) impedidas de licitar ou contratar, ou atingidas por outra vedação legal constante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou de outros cadastros oficiais aplicáveis;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituídas com o mesmo objeto social e das quais participem sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992, quando configurada a tentativa de burla à sanção;
- e) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- f) que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- g) que estejam reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto se caracteriza como fornecimento de bens comuns, sem complexidade técnica ou vulto que justifique a atuação conjunta de empresas, sendo plenamente exequível por fornecedor individual, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
- h) estrangeiras que não funcionem no País;
- i) que não comprovem, quando exigido, a capacidade de fornecer o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

14.4. Vedações relacionadas a conflito de interesses e nepotismo

14.4.1. É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de:





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação;
- b) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

14.4.2. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos da Constituição Federal, da Súmula Vinculante nº 13 do STF e da legislação correlata.

14.4.3. Nos termos do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução do objeto contratado, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do órgão contratante.

15. PENALIDADES

15.1. Infrações administrativas

15.1.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato ou instrumento equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Sanções administrativas aplicáveis

15.2.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no item **15.1**, observada a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item **15.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 15.1, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias;
- e) **multa compensatória** de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total, ou sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

15.2. Critérios para aplicação das sanções

15.2.2. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

15.2.3. A sanção de advertência será aplicada, em regra, para infrações de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será precedida de análise jurídica e será de competência da autoridade máxima do Município, nos termos da legislação aplicável.

15.3. Cumulação e execução das sanções

15.3.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item **15.2** poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de multa previstas nas alíneas “d” e “e” do mesmo item, quando cabível.

15.3.2. O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao contratado ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.3.3. Se o valor das multas e das indenizações cabíveis for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração, a diferença poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente, nos termos da legislação aplicável.

15.4. Processo administrativo sancionador

15.4.1. Na aplicação das sanções de multa será assegurado ao interessado o direito ao contraditório e à ampla defesa, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

15.4.2. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar dependerá da instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do art. 158 e seus parágrafos da Lei nº 14.133/2021.

15.4.3. A aplicação das sanções previstas nesta seção não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. Valor estimado da contratação

16.1.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 444.000,00** (quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto, conforme tabela de estimativa constante neste Termo de Referência.

16.1.2. O valor estimado tem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição do procedimento licitatório e à análise de vantajosidade das propostas.

16.2. Metodologia de formação da estimativa

16.2.1. A estimativa do valor da contratação foi apurada com base em pesquisa de preços de mercado realizada pelo setor competente (**Departamento de Pesquisa de Preços**), com utilização de múltiplas fontes, de forma a assegurar análise ampla e criteriosa dos valores praticados, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

16.2.2. Para a composição da estimativa, foram considerados, entre outros parâmetros admissíveis:

- a) painel de preços ou outras bases oficiais disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou em sistemas governamentais de referência;





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

- b) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- c) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- d) pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- e) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, quando disponível.

16.2.3. O setor responsável (**Gerência de Pesquisa e Formação de Preços - GPFP**) executou a consolidação dos dados em quadro comparativo, devidamente juntado aos autos do processo administrativo, sendo responsável pela verificação, consistência e correção das informações coletadas.

16.2.4. A metodologia adotada buscou mitigar distorções pontuais de preços, identificar valores compatíveis com o mercado e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da economicidade e da eficiência.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. A indicação da dotação orçamentária, para cobrir as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria demandante.

17.2. As despesas serão suportadas pelas seguintes classificações orçamentárias, sem prejuízo de outras que venham a ser utilizadas, conforme necessidade e disponibilidade

ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura -SEMINFRA
PROGRAMA	17.511.0026.2075.0000
ELEM. DE DESPESAS	4.4.90.30.00 - DESPESAS DE CAPITAL
FONTE DE RECURSOS	2.706.3110 - Transferência Especial da União
FICHA Nº	482

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada com ou por outra pessoa jurídica, desde que previamente comunicada e analisada pela Administração, e desde que:

- a) sejam mantidos todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação;
- b) não haja prejuízo à execução do fornecimento;
- c) sejam preservadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na Nota de Empenho.

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Base legal

19.1.1. O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelos decretos e normas regulamentares municipais aplicáveis.

19.2. Casos omissos

19.2.1. Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das disposições constantes do edital.

19.3. Aceitação das condições





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 783/SEMINFRA/2026

19.3.1. A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

19.4. Adjudicação

19.4.1. A adjudicação do objeto poderá ocorrer para um ou mais fornecedores, desde que as propostas apresentadas estejam em conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se o critério de julgamento definido no certame.

19.5. Condutas vedadas e responsabilidades

19.5.1. A recusa injustificada, tácita ou expressa, do fornecedor em atender às solicitações de fornecimento regularmente formalizadas pela Administração, quando caracterizada a obrigação assumida, sujeita o infrator às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

19.6. Informações e esclarecimentos

19.6.1. Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos durante o horário de expediente administrativo, por meio dos canais oficiais de comunicação da Administração Municipal, especialmente pelo e-mail: seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br.

20. DO FORO

20.1. Solução administrativa prévia

20.1. As questões eventualmente omissas ou as controvérsias surgidas na aplicação deste Termo de Referência e do edital deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, à luz da legislação vigente e das normas aplicáveis às contratações públicas.

20.2. Foro competente

20.2.1. Não sendo possível a solução administrativa das controvérsias, fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer questões oriundas do procedimento licitatório e da execução do fornecimento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.3. Encerramento e aprovação

20.3.1. À vista das informações constantes nos autos do processo administrativo correspondente e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência segue para apreciação e aprovação pela autoridade competente, autorizando-se a adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório.

Ouro Preto do Oeste/RO, maio de 2026.

FABIO APARECIDO FERREIRA DA SILVA
Assessor Especial da SEMINFRA





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA	CORRIGIDO PRAZO DE ENTREGA	12/05/2026

ID:	1591068	Processo	Documento
CRC:	98CBCC16		
Processo:	1-783/2026		
Usuário:	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação:	12/05/2026 10:11:58	Finalização:	12/05/2026 10:13:15

MD5: **37BDEAF86E8E140C28E20C84FA164291**

SHA256: **F138659841F75DEC65F67F0415058CEEA6D644BBF9E395283D686921A1684E14**

Súmula/Objeto:

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA - CORRIGIDO PRAZO DE ENTREGA (CONF. SOLICITADO PELA SECRETARIA).

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	12/05/2026 10:11:58
----------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Escoamento de águas pluviais, processos erosivos e impactos sobre a mobilidade local.	12/05/2026 10:11:58
---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 31	12/05/2026	1591162
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	12/05/2026 10:21:31
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1591068 e o CRC 98CBCC16.



ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

NOTA EXPLICATIVA

Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.

Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO	ANEXO II -MODELO DEC. UNIFICADA	08/05/2026

ID: 1588556	Processo	Documento
CRC: A40A7708		
Processo: 1-783/2026		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 08/05/2026 12:36:16	Finalização: 08/05/2026 12:36:16	

MD5:	E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724
SHA256:	B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328

Súmula/Objeto:

MODELO DE DECLARAÇÃO

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	08/05/2026 12:36:16
----------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Escoamento de águas pluviais, processos erosivos e impactos sobre a mobilidade local.	08/05/2026 12:36:16
---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 31	12/05/2026	1591162
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	08/05/2026 12:51:31
------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1588556 e o CRC A40A7708.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA

CNPJ

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta:

Chave PIX:

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

CPF:

Cargo:

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA	ANEXO III - MODELO PROPOSTA	08/05/2026

ID:	1588557	Processo	Documento
CRC:	27946720		
Processo:	1-783/2026		
Usuário:	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação:	08/05/2026 12:36:16	Finalização:	08/05/2026 12:36:16

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

MODELO DE PROPOSTA

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	08/05/2026 12:36:16
----------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Escoamento de águas pluviais, processos erosivos e impactos sobre a mobilidade local.	08/05/2026 12:36:16
---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 31	12/05/2026	1591162
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	08/05/2026 12:51:32
------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1588557 e o CRC 27946720.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/....., DE **AQUISIÇÃO DE TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO**, QUE FAZER ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA – SEMINFRA, com sede na Av Daniel Comboni - N 1156, na cidade de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.380.507/0001-79, neste ato representada pela Assessora Especial da SEMINFRA, Sr. **Fabio Aparecido Ferreira da Silva**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a EMPRESA, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº 783/2026, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas municipais aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é aquisição de **TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO**, a serem fornecidos nas condições estabelecidas no termo de referência e nos anexos deste contrato

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Cód. Item	UNI D. ME D	QUAN T.	VALOR UNIT.	VALO R TOTAL
01	TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO, TIPO MP-100 CIRCULAR OU EQUIVALENTE TÉCNICO, REVESTIMENTO EPÓXI, DIÂMETRO 2,00 M, ESPESSURA MÍNIMA 2,00 MM.	040.055.063	M	90		
02	TUBO METÁLICO CORRUGADO EM AÇO GALVANIZADO, TIPO MP-100 CIRCULAR OU EQUIVALENTE TÉCNICO, REVESTIMENTO EPÓXI, DIÂMETRO 2,00 M, ESPESSURA MÍNIMA 2,00 MM.	040.055.063	M	30		
TOTAL GERAL R\$						R\$





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3. A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, **prevalecerá o disposto no Edital e seus anexos.**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O presente contrato terá vigência **de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, prazo suficiente para a entrega dos tubos metálicos, realização dos procedimentos de recebimento e cumprimento das demais obrigações contratuais.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada, de forma excepcional, mediante termo aditivo, quando devidamente justificado pela Administração e aceito pelo contratado, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

3.1. A execução do contrato deverá ser realizada fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e a Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada uma pelas consequências da inexecução total ou parcial.

3.2. Comunicações: serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas.

3.3. Reunião Inicial: Após a assinatura, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para apresentação do plano de fiscalização, contendo as obrigações, mecanismos de acompanhamento, métodos de aferição e sanções aplicáveis.

3.4. Fiscalização: será exercida por fiscais designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021:





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

I - Fiscalização Técnica: acompanhará a entrega, registrará ocorrências, notificará irregularidades e informará ao gestor sobre fatos que ultrapassem sua competência.

II - Fiscalização Administrativa: verificará a manutenção das condições de habilitação, empenho, pagamentos, garantia e aditivos, reportando ao gestor irregularidades que extrapolam sua competência.

III - Gestão do Contrato: coordenará os registros dos fiscais, elaborar relatórios, monitorar condições de habilitação para empenho e pagamento, emitirá avaliação de desempenho e providenciará processos de responsabilização e sanções, além de relatório final.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O preço total da aquisição será o resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de **menor preço**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. Recebimento do Objeto:

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo Almoxarifado Central da Prefeitura, para posterior verificação de conformidade com as especificações.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, às custas da Contratada.

6.1.3. O recebimento definitivo poderá ser prorrogado justificadamente, se houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.

6.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

6.2. Liquidação da Despesa:

6.2.1. Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a liquidação ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

6.2.2. Para fins de liquidação, será verificada a conformidade da Nota Fiscal com os elementos essenciais do documento. Erros na Nota Fiscal suspenderão a liquidação até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

6.2.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou outros meios equivalentes. Em caso de irregularidade, a Contratada será notificada para regularizar sua situação em 5 (cinco) dias úteis, sob pena de comunicação aos órgãos de fiscalização e possível rescisão contratual.

6.2.4. Os pagamentos serão realizados pela execução efetiva do objeto, mesmo que se decida pela rescisão, caso a Contratada não regularize sua situação fiscal.

6.3. Emissão de Nota Fiscal

A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste Contrato, no Termo de Referência, no art. 140, II, "b", da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 16.975/2023.

6.4. Verificação no SICAF

6.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- I – a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- II – se o Contratado foi penalizado com sanções de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público;
- III – eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

6.4.2. Constatada a irregularidade, o Contratado será notificado, por escrito, para regularizar a situação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.

6.4.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos competentes quanto à inadimplência, bem como adotar medidas para a rescisão do contrato, assegurada a ampla defesa.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

6.4.4. Persistindo a irregularidade, mas havendo execução efetiva do objeto, os pagamentos referentes às entregas realizadas serão mantidos até a decisão final sobre a rescisão.

6.5. Prazo e Forma de Pagamento:

6.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

6.5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a devida correção, sem ônus ao Contratante.

6.5.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela Contratada.

6.5.4. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar a emissão da ordem bancária.

6.5.5. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei. O Contratado optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para usufruir do tratamento favorecido da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Atualização e Penalidades

6.6.1. Pagamentos realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao Contratado, sofrerão atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculados pro rata die.

6.6.2. Pagamentos feitos em prazo inferior ao estabelecido no edital poderão ser realizados com desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.7. Subcontratação (quando admitida)

6.7.1. Os pagamentos aos subcontratados serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo vedada a emissão de empenho direto pela Administração.

6.7.2. A subcontratação eventualmente realizada será integralmente custeada pelo Contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Obrigações gerais da Administração

8.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, o edital e o instrumento contratual.

8.1.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias e pertinentes à correta execução do objeto, observados os limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas, promovendo a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas exigidas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos da legislação aplicável.

8.2. Providências administrativas para a execução do fornecimento

8.2.1. Emitir a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, a crédito do fornecedor, correspondente ao objeto efetivamente solicitado, observada a disponibilidade orçamentária.

8.2.2. Encaminhar à Contratada o Termo de Contrato, a Nota de Empenho, ordem de serviços, com as informações necessárias à execução do fornecimento.

8.3. Recebimento, fiscalização e acompanhamento

8.3.1. Receber e fiscalizar o objeto contratado, no prazo e condições estabelecidas, verificando sua conformidade com a Nota de Empenho, a ordem de fornecimento, as especificações técnicas e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

8.3.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, por meio de servidor(es) ou comissão designada, podendo recusar ou rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que esteja em desacordo com as condições e especificações estabelecidas.

8.3.3. Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante o recebimento e fiscalização do objeto, adotando as providências cabíveis para sua regularização.

8.3.4. Proceder ao recebimento provisório e definitivo dos tubos metálicos corrugados em aço galvanizado, nos termos da legislação aplicável, após a verificação do atendimento integral às especificações técnicas e condições contratuais.

8.4. Comunicação e aplicação de medidas administrativas

8.4.1. Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados no curso da execução das obrigações assumidas, fixando prazo para saneamento, quando cabível.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

MINUTA DE CONTRATO

8.4.2. Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação, no edital e nos instrumentos contratuais, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

8.4.3. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Pagamento

8.5.1. Efetuar o pagamento das Notas Fiscais devidamente atestadas, no prazo, forma e condições previstos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços (quando for o caso) e na legislação aplicável, após a regular liquidação da despesa.

8.6. Limitação de responsabilidade da Administração

8.6.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do fornecimento, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

8.7. Observância da legislação e dos princípios administrativos

8.7.1. A Contratante atuará em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, que regem as contratações administrativas. É vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A Contratada obriga-se a:

9.1. Executar fielmente o objeto deste contrato, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução, observando, ainda, as seguintes obrigações:

9.1.1. Entregar o tubo metálico corrugado em aço galvanizado em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e neste Contrato, devidamente acompanhado de manual técnico, certificados de conformidade, garantia do fabricante e demais documentos pertinentes, quando aplicáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

9.1.2. Entregar o Tubo metálico corrugado em aço galvanizado no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Nota de Empenho;

9.1.3. Oferecer garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, complementar à garantia legal, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, falhas estruturais, corrosão prematura, substituição de peças, ajustes, reparos e demais correções necessárias, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.”

9.1.4. Substituir os bens rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias, às suas expensas, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

9.1.5. Manter a regularidade fiscal, social e trabalhista, inclusive junto ao SICAF, durante toda a execução contratual;

9.1.6. Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestar esclarecimentos, corrigir falhas e reparar vícios, defeitos ou incorreções constatadas na execução;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros;

9.1.8. Não subcontratar o objeto deste contrato;

9.1.9. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, ambiental, de segurança, higiene, disciplina e proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), sem transferência de responsabilidade à CONTRATANTE;

9.1.10. Observar, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação apresentadas na licitação e as reservas de cargos legalmente previstas (Lei nº 14.133/2021, art. 116);

9.1.11. Não contratar cônjuge, companheiro ou parente, até o 3º grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público responsável pela fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.12. Comunicar ao fiscal do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou motivo impeditivo para o cumprimento de suas obrigações;

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA – ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA

Os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O **CONTRATADO** deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação integral de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

11.2. As penalidades aplicáveis incluem, entre outras:

- a) advertência;
- b) multa, na forma definida neste contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa complexidade do objeto, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na Matriz de Gerenciamento de Riscos.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nos termos do art. 92, XII, da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

12.2. Em caso de antecipação de pagamento, poderá ser exigida a prestação de garantia adicional, limitada às hipóteses previstas no art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Constituem infrações administrativas as condutas descritas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando praticadas pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, dentre as quais:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato, inclusive quando ocasionar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou solicitada pelo pregoeiro durante a fase de julgamento;

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, solicitar desclassificação ou deixar de apresentar amostra;

13.1.4. Apresentar proposta, documentação ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.5. Não celebrar o contrato, recusar-se a assinar ou aceitar a nota de empenho/ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.6. Retardar a execução ou entrega do objeto sem justificativa;

13.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo, praticar fraude de qualquer natureza, agir em conluio, apresentar amostra falsificada ou declaração falsa quanto às condições de participação;

13.1.9. Praticar ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos do certame;

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

13.2. O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que cometer qualquer das infrações acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções, observados os critérios do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

a) **Advertência** (art. 156, I), aplicável em infrações de menor potencial ofensivo, quando não se justificar penalidade mais grave;

b) **Multa administrativa** (art. 156, II), fixada entre 0,5% (meio por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observados os seguintes parâmetros:

- de 0,5% a 1,5% para a infração do item 13.1.1;
- de 0,5% a 15% para as infrações dos itens 13.1.2 a 13.1.6;
- de 5% a 30% para as infrações dos itens 13.1.7 a 13.1.10.

b.1) Na hipótese de infração cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo será o valor anual estimado da contratação.

b.2) Em caso de reincidência, o somatório das multas não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

b.3) As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo da cobrança judicial do saldo devido (art. 156, § 7º e § 8º).

c) **Impedimento de licitar e contratar** (art. 156, III), aplicável às infrações dos itens 13.1.2 a 13.1.6, pelo prazo de até 3 (três) anos, restrito ao âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município;

d) **Declaração de inidoneidade** (art. 156, IV), aplicável às infrações dos itens 13.1.7 a 13.1.10 ou em casos de maior gravidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com efeitos em todos os entes federativos.

13.3. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa moratória de **1% (um por cento) por dia útil de atraso**, limitada a 30% do valor do contrato, nos termos do art. 408 do Código Civil.

13.3.1. Em caso de atraso para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa será de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, até o limite de 2%.

13.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão contratual.

13.4. Em caso de inexecução total ou parcial que resulte em rescisão, será devida multa compensatória de até **10% (dez por cento)** do valor do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil.

13.5. A aplicação das sanções é de competência da Administração, sendo:

a) as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar aplicadas pelo Ordenador de





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

Despesas;

b) a declaração de inidoneidade aplicada pelo Secretário Municipal (Administração Direta) ou pela autoridade máxima da entidade (Administração Indireta).

13.6. A aplicação de penalidades observará o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 158 da Lei nº 14.133/2021), com prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

13.7. As sanções aplicadas não afastam:

- a) a obrigação de reparação integral de danos;
- b) a possibilidade de rescisão contratual;
- c) a inscrição do débito em Dívida Ativa e execução fiscal, nos termos do art. 39 da Lei nº 4.320/1964.

13.8. As penalidades de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.9. A aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade será comunicada à Controladoria Geral do Município, para registro no CEIS e no CNEP, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará este constituído em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas legais necessárias à continuidade da execução contratual.

14.3. O presente Contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou do prazo fixado, nas seguintes hipóteses:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, ou ainda por quaisquer dos motivos constantes do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se os arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, conforme o art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021;
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo e sem direito a indenização, tão logo esteja concluído o procedimento licitatório destinado à contratação do objeto em questão.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

14.3.1. A alteração societária ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão, desde que não restrinja sua capacidade de executar o contrato.

14.3.2. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e registrada nos autos do processo.

14.4.1. A justificativa da rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE deverá, sempre que possível, contemplar:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas aplicáveis.

14.5. A extinção do Contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, desde que o pedido seja formulado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação, conforme art. 131, caput e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

14.6. Extinto o Contrato, poderá o CONTRATANTE:

14.6.1. reter e executar a garantia prestada, nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO;

14.6.2. reter eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO, para ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 139, IV, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. As alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. As alterações deverão ser formalizadas por termo aditivo, previamente aprovado pelos órgãos jurídicos e de controle do CONTRATANTE.

15.4. Ajustes que não caracterizem alteração contratual poderão ser formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2025, assim classificadas:





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

Unidade Orçamentária	Programação	Elem. de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha

16.2. As despesas relativas a exercícios subsequentes correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

16.3. No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, nos termos do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e nos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

18.1. Caberá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio oficial na Internet, em atendimento ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Municipal nº 3.133/2022.

18.1.1. A divulgação do contrato e de seus aditamentos no PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O CONTRATANTE adotará as providências necessárias para dar ciência da contratação ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato que não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ENCERRAMENTO

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato, em [...] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

MINUTA DE CONTRATO

Ouro Preto do Oeste, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	783	08/05/2026

ID:	1588581	Processo	Documento
CRC:	53BB4459		
Processo:	1-783/2026		
Usuário:	Hanny Carollyne Souza Soares		
Criação:	08/05/2026 12:45:40	Finalização:	08/05/2026 12:45:52

MD5: 422974B71BA8F044C1CAF967CD91A511

SHA256: A11B638AAF7B0735C337E009A77B2A62198E46559A18F520C1168E1614461A19

Súmula/Objeto:

Minuta de Contrato

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	08/05/2026 12:42:25
----------	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

Escoamento de águas pluviais, processos erosivos e impactos sobre a mobilidade local.	08/05/2026 12:42:25
---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	08/05/2026 12:51:33
------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1588581 e o CRC 53BB4459.



Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO	PROC. 783/2026	12/05/2026

ID: 1591115	Processo	Documento
CRC: 2FC84239		
Processo: 1-783/2026		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 12/05/2026 10:20:01	Finalização: 12/05/2026 10:20:46	

MD5: **35D3BC9BF4881BBFA342CC29B0DA0D3D**

SHA256: **D4B4137D4806B4EE61AC9A078409BFB3E216EA7E2BCC6B00C8B8494637B98104**

Súmula/Objeto:

ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO - 783/2026

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	12/05/2026 10:20:01
----------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Escoamento de águas pluviais, processos erosivos e impactos sobre a mobilidade local.	12/05/2026 10:20:01
---------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 31	12/05/2026	1591162
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	12/05/2026 10:21:47
------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1591115 e o CRC 2FC84239.